

O LOCAL E O GLOBAL: limites e desafios da participação cidadã

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife, EQUIP; Salvador: UFBA, 2001, 224p.

Lina Maria Brandão de Aras

Na oportunidade em que se aprofunda o debate sobre a capacidade das municipalidades de enfrentarem os desafios do desenvolvimento local sustentado e que as sociedades locais se confrontam com as relações paradoxais entre as demandas sociais cidadãs, o aperfeiçoamento democrático e os imperativos da dinâmica globalizada, o livro *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*, de Elenaldo Teixeira, publicado em 2001 pela Cortez mantém sua atualidade, esclarecendo os leitores sobre os limites e as alternativas contemporâneas do que o autor entende como participação cidadã.

Elenaldo Teixeira, professor de Ciências Políticas da Universidade Federal da Bahia, conseguiu articular com maestria sua longa experiência de assessoria às organizações populares com uma reflexão crítica e teórica dos novos processos que conformam a ação pública e um projeto democrático nas sociedades contemporâneas.

O livro baseia-se na sua tese de doutorado *Sociedade Civil e participação cidadã no poder local*, defendida na Universidade de São Paulo, em 1998, sob a orientação do Prof. Dr. Lúcio Kowarick. Sustentado por uma bibliografia ampla e atualizada, utilizada com competência e lucidez o autor apresenta uma compreensão clara de conceitos como sociedade civil, esfera pública e poder local,

reinterpretando e reconstruindo essas categorias na teoria política e na prática política dos diversos autores em torno da questão da participação cidadã. Para ele esta se refere a um conjunto de ações coletivas de caráter mais amplo, que

embora essencialmente política, constituindo-se numa atividade pública em interação com o Estado, distingue-se da atividade política “*strictu sensu*” uma vez que se sustenta na sociedade e não se reduz aos mecanismos institucionais nem busca o exercício do poder.

Com essa compreensão o autor desenvolve uma investigação teórica e empírica valiosa sobre o caráter político das ações sociais nos seus esforços para implementar novas modalidades de democratização das decisões e uma repartição mais igualitária dos benefícios sociais e econômicos.

Apresentada no primeiro capítulo, a discussão teórico-conceitual sobre sociedade civil, espaço público, esfera pública, poder local, participação política e participação cidadã convergem para a qualificação desta última como condição de aperfeiçoamento do processo democrático. No plano empírico, os demais capítulos apresentam vasta pesquisa sobre as múltiplas formas do associativismo que envolvem a participação no âmbito global, em países europeus, latino-americanos e no Brasil, acabando por apresentar seu estudo de caso sobre o pequeno município baiano de Valente, como base de análise sobre as potencialidades e limitações de experiências locais. Assim, o autor traça um panorama de diversas experiências selecionadas sobre a “*participação no poder local no Brasil*”.

Essa análise não se esgota num simples relato da experiência, mas avança na identificação dos caminhos diversificados percorridos pelas organizações pesquisadas, esclarecendo as possibilidades da participação cidadã. Encerra o capítulo reconhecendo que a sociedade civil tem capacidade para “*tematizar problemas e exercer o seu papel crítico e propositivo em relação às diversas esferas e a ela mesma apesar das restrições e barreiras que lhe impõem os sistemas (político e econômico) e as limitações da cultura política vigente*”.

na sociedade como um todo” (p. 52).

Considerando que as transformações advindas da nova ordem motivaram a reação da ação cidadã na sociedade global, o autor resgata a dimensão da globalização e a constituição de uma sociedade global, como um contexto que redefina a problemática da participação nos contextos locais específicos. A presença de ONG's junto a organismos internacionais e nacionais, assim como a participação e promoção de eventos, marcam a atuação da ação cidadã, na atualidade, estabelecendo um campo problemático da relação paradoxal entre o local com o global.

Constituem uma forma de articulação do local com o global, numa resposta às políticas globais que afetam as populações, atingindo sobretudo os grupos sociais de menor força, que começam a resistir e buscar alternativas. Tais políticas materializam-se no local, seja com o uso das tecnologias disponíveis, seja como efeito perverso: desemprego, destruição da natureza, agravamento da pobreza. Ao resistirem, as populações locais compelem os centros internacionais de decisões a revisarem seus projetos (p. 69).

No âmbito dessa relação ele destaca o papel mediador das redes nacionais e internacionais, que representam

um conjunto heterogêneo de organizações sociais, movimentos de grupo de cidadãos, ONGs, que se articulam em redes sociais e eletrônicas, criando espaços públicos autônomos ou utilizando-se de esferas públicas institucionais para o debate crítico e propositivo de questões gerais que afetam a sociedade (p. 76).

A formação das redes fortalece as ações cidadãs na medida em que o apoio mútuo entre as organizações e a disseminação de seus trabalhos tanto podem reforçar politicamente as suas ações como também podem servir de instrumento combativo às ações de setores conservadores na sociedade.

O terceiro capítulo chama a atenção para uma série de experiências internacionais de participação cidadã, no âmbito do poder local. Ao historicizar as ações e caracterizar seus campos de atuação o autor ressalta uma tendência mais global

que permeia os continentes, demonstrando as áreas em conflito e as respostas das organizações às diversas demandas de cada área. É nesse capítulo que o autor apresenta o seu estudo de caso espanhol, apontando para as especificidades regionais e locais dessa experiência.

Ao tratar das organizações no Brasil, o autor “*identifica os elementos constitutivos dessa sociedade civil, que tematiza novas questões, cria novos espaços de participação, faz surgir novas formas de organização com os poderes públicos*” (p. 121). A identificação de uma trajetória histórica dos momentos de organização e de instituições que atuaram no Brasil a partir dos anos setenta dá a dimensão da dinâmica de mobilização da sociedade civil brasileira no processo de democratização, tomando a Constituição de 1988 como o momento de incorporação de conquistas sociais gestadas no bojo dos movimentos organizados.

Neste contexto, as temáticas mais urgentes da sociedade brasileira foram identificadas, assim como os instrumentos utilizados pela sociedade para a discussão e a busca de alternativas para equacionar os problemas, no Brasil, a exemplo das ações implementadas na luta pela moradia, pelas reformas urbana e agrária, a luta pela terra, pelo direito ao trabalho e sua remuneração, bem como as relações entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente, merecendo destaque a defesa dos direitos humanos.

O encaminhamento dos problemas na nova ordem institucional, assim, supõe apreender a complexidade e a heterogeneidade das formas de expressão e de organização da sociedade civil, subordinada aos mais diferentes interesses e, em alguns casos, isolada e sem articulação com outras entidades. Na busca da superação dessas dificuldades o autor considera que a formação de redes internas, com suas articulações nacionais e internacionais, constitui-se uma condição fundamental para a superação do isolamento e das dificuldades locais e específicas. Tal caminho contribui para a socialização de experiências e para o fortalecimento da sociedade civil. Assim, o autor analisa

exemplos de redes de solidariedade e ação cidadã no Brasil e a malha das suas conexões, reconhecendo que o espaço privilegiado para “*iniciativas inovadoras, tanto nos métodos de gestão como na organização da sociedade civil*” (p. 162) situa-se no âmbito do poder local. Reforçando tal afirmativa ele demonstra como uma série de ações coletivas tem suas bases no local e, mesmo neste plano, muitas delas apresentam um caráter global, mediante confrontos com organismos internacionais.

Após a exposição de um arcabouço teórico-metodológico bem articulado e de circular nas diversas dimensões de estruturação das sociedades contemporâneas, o autor apresenta no plano empírico pesquisa sobre as múltiplas formas do associativismo, destacando a capacitação e a vivência de experiências de participação cidadã, destacando o estudo de caso de Valente-BA, reconhecendo no processo de participação no poder local, um papel importante na construção de uma cultura política democrática assentada no acesso ao direito e na assunção de responsabilidades cidadãs, “*tudo isso não impede que cada vez mais tome forma um embrião de cultura política mais democrática e participativa apoiada no exercício e criação de direitos e na assunção de responsabilidades cidadãs...*” (p. 174).

Por outro lado, ao traçar o potencial e os limites da participação cidadã o autor identifica e diferencia os papéis – ofensivo e defensivo – desenvolvidos a partir dessas experiências das ações cidadãs: “*ofensivo – com a ação coletiva – e defensivo, buscando assegurar estruturas da associação e da esfera pública, e produzir “contra-esferas” e “contra-instituições”*” (p. 193).

Conclui com a pergunta que inquietou gerações e gerações: *Que fazer?* Para ele, a compreensão dos percursos já trilhados, com erros e acertos, representa a “*busca de caminhos para uma efetiva participação cidadã*” e o aperfeiçoamento democrático.

Assim, este livro não atende apenas à uma necessidade teórica de pensar-se os desafios e papéis decisivos da participação cidadã na constru-

ção democrática e num papel destacado da sociedade civil na construção da política no mundo contemporâneo, mas se constitui uma leitura obrigatória para todos aqueles que desejam ter uma participação cidadã no mundo.

Lina Maria Brandão de Aras

Doutora em História, Professora Adjunta IV do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia.